PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº728/25

20 DE MARÇO DE 2.025.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fios inutilizados em postes de energia elétrica e de iluminação pública no Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, e dá outras providências".

O Prefeito do Município, faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º Esta Lei estabelece normas e procedimentos para a remoção de cabos e fios inutilizados em postes de energia elétrica e de iluminação pública no Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste RO.
 - Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
- I − **Cabos e fios inutilizados:** aqueles que não mais integram a rede ativa de prestação de serviços de energia elétrica, telecomunicações, internet, TV a cabo e similares;
- II **Empresa responsável**: pessoa jurídica que utiliza ou utilizou os postes para a instalação de cabos e fios para a prestação de serviços;
- III Órgão fiscalizador: secretaria ou departamento municipal responsável pela fiscalização e aplicação desta Lei.
- Art. 3º As empresas responsáveis pelos cabos e fios instalados nos postes de energia elétrica e de iluminação pública do Município ficam obrigadas a remover todos os cabos e fios inutilizados.
- Art. 4º A identificação dos cabos e fios inutilizados será realizada pelo órgão fiscalizador, que notificará a empresa responsável para proceder à remoção.
- Art. 5º A empresa responsável terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder ao órgão fiscalizador, informando a data de início da remoção dos cabos e fios inutilizados.

Parágrafo único – A data de início da remoção não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

Art. 6º A empresa responsável deverá concluir a remoção dos cabos e fios inutilizados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de início informada ao órgão fiscalizador.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada e aceita pelo órgão fiscalizador.

- Art. 7º O órgão fiscalizador realizará vistorias periódicas para verificar o cumprimento desta Lei.
- Art. 8º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará a empresa responsável às seguintes penalidades:
 - I Multa de 70 (setenta) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município) caso não inicie a remoção dos cabos e fios inutilizados no prazo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da notificação;
 - II Multa de 100 (cem) UPFM em caso de não conclusão da remoção no prazo estabelecido no art. 6º desta Lei;
 - III Multa de 150 (cento e cinquenta) UPFM em caso de reincidência.

Parágrafo único – As multas previstas neste artigo serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

- Art. 9º A empresa responsável poderá apresentar recurso administrativo contra a aplicação das penalidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da multa.
- Art. 10. As empresas responsáveis deverão manter cadastro atualizado junto ao órgão fiscalizador, contendo informações sobre os cabos e fios instalados nos postes do Município.
- Art. 11. O Poder Executivo regulamentara a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.
 - Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondon Ferreira Rezende–Ferreirinha Vereador–PL



D: 1163223 e CRC: 153DF539

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº728/25

20 DE MARÇO DE 2.025.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fios inutilizados em postes de energia elétrica e de iluminação pública no Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, e dá outras providências".

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa solucionar um problema crescente em nosso município: a poluição visual e os riscos de segurança causados pelo acúmulo de cabos e fios inutilizados nos postes de energia elétrica e iluminação pública. Esta situação não apenas compromete a estética urbana, mas também representa um perigo real para a população, podendo ocasionar acidentes e dificultar o trabalho de manutenção das redes ativas. Além disso, o excesso de peso nos postes, devido aos cabos abandonados, pode comprometer a integridade das estruturas, aumentando o risco de queda e interrupção dos serviços essenciais.

A proposta estabelece um marco regulatório claro e objetivo, definindo as responsabilidades das empresas que utilizam a infraestrutura pública para a prestação de seus serviços. Ao determinar prazos específicos para a resposta à notificação e início da remoção dos cabos inutilizados, o projeto busca promover uma ação rápida e eficaz por parte das empresas responsáveis.

A previsão de multas substanciais para o descumprimento das obrigações serve como um importante mecanismo de incentivo à conformidade, garantindo que as empresas priorizem a manutenção e limpeza de suas redes.

Um aspecto fundamental deste projeto é o equilíbrio entre a necessidade de ação imediata e a compreensão das complexidades operacionais enfrentadas pelas empresas. Ao conceder um prazo de 15 dias úteis para resposta e 30 dias para o início da remoção, a lei proporciona tempo suficiente para que as empresas organizem suas operações, sem, contudo, permitir a procrastinação indefinida do problema.

Ademais, a possibilidade de prorrogação do prazo de conclusão, mediante justificativa, demonstra a flexibilidade da lei em situações excepcionais, sem comprometer seu objetivo principal.



Por fim, este projeto de lei não apenas aborda uma questão premente de ordenamento urbano e segurança pública, mas também se alinha com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Ao exigir a remoção de materiais obsoletos e potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, a lei promove práticas mais sustentáveis no setor de telecomunicações e energia.

Além disso, a destinação dos valores arrecadados com as multas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente reforça o compromisso da administração pública com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante lei, que certamente trará benefícios significativos para nossa comunidade.

Rondon Ferreira Rezende–Ferreirinha Vereador–PL

D: 1163223 e CRC: 153DF539

Oficio n.005/25/GB.08/CMETOPO/RO.

De, 20 de março de 2025.

Aos Senhores Vereadores.

Câmara municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO.

Senhores Vereadores,

- 1. Pelo presente, encaminhamos a V. Excelências para conhecimento e deliberação o PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº728/25, de 20 DE MARÇO DE 2.025, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fios inutilizados em postes de energia elétrica e de iluminação pública no Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste RO, e dá outras providências".
- 2. É o que segue.

Atenciosamente.

Rondon Ferreira Rezende





Vereador - PL



Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento Identificação/Número Data Projeto de Lei do Legislativo 20/03/2025 728

ID: 1163223

CRC: 153DF539 14-125/2025 Processo:

Usuário: **ANALICE MATHIAS DE MORAES**

Criação: 20/03/2025 12:59:54 Finalização: 20/03/2025 13:01:51

MD5: AEC470BBCE74795F302CE96979999732

SHA256: D68299EC915C8E30B41D9CA60B67D2898C3729A18E5E3F5307E6064B1A20FEF1

Súmula/Objeto:

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº728/25

20 DE MARÇO DE 2.025.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fios inutilizados em postes de energia elétrica e de iluminação pública no Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, e dá outras providências"

INTERESSADOS	
RONDON FERREIRA REZENDE	20/03/2025 12:59:54
ASSUNTOS	
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	20/03/2025 12:59:54
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	

ANALICE MATHIAS DE MORAES

ASSESSOR DE GABINETE DA PRESIDENCIA 20/03/2025 13:04:14

Processo

Documento

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1163223 e o CRC 153DF539.